



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

10, 11 e 12 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 11/01/2015
Assunto: Udesc		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

GRATUITA E DE QUALIDADE

Após ganhar destaque nacional com a divulgação do ranking do MEC na graduação que classificou a Udesc como a melhor universidade de Santa Catarina, a sétima nacional e a segunda entre todas as estaduais do Brasil, a procura por cursos da universidade, via sistema de seleção unificada, deve aumentar na primeira edição deste ano. As inscrições ocorrem de 19 a 22 de janeiro. A Udesc reservou 396 vagas em 43 cursos de graduação. Todos gratuitos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 10e 11 /01/2015

Assunto: Reunião com secretariado

Página: 27

Notícias do Dia

AS PROMESSAS

Confira as propostas de Raimundo Colombo, segundo plano de governo entregue à Justiça Eleitoral

Educação

- Aumentar o número de jovens no ensino médio, tomando atrativa a sala de aula através da formação profissional, particularmente voltada para a inovação;
- Melhorar o modelo de gestão descentralizada da Educação, com maior participação de pais e professores, além de aperfeiçoar a relação entre a Secretaria de Estado da Educação e as Agências Regionais;
- Fomentar a participação dos municípios no ensino fundamental, em projeto de parceira Estado/município, com divisão clara de participação entre ambos;
- Concluir as obras previstas nos contratos com agentes de financiamento (BNDES e Banco do Brasil) e com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Aumentar o volume de recursos disponíveis através do Cartão na Escola (entregue aos diretores de escolas para as pequenas despesas);
- Realizar levantamento detalhado da situação escola;
- Concluir a reforma de todas as escolas que ainda não tiveram seus problemas de infraestrutura resolvidos, principalmente quanto a aspectos de segurança e sanitários;
- Garantir junto ao Governo Federal o repasse de recursos para folha de pagamento em virtude da aplicação da Lei do Piso Nacional do Magisterio;
- Implantar carreira baseada no mérito e resultado nas escolas;
- Implantar mecanismos de incentivo a professores sem faltas;
- Reordenar a rede estadual para reduzir o número de turmas com baixo número de alunos e escolas com baixo número de matrículas;
- Criar programa de apoio financeiro às famílias para educação;
- Animar em toda a rede o sistema de em banda larga para todas as escolas da rede estadual;
- Transformar os Cedup (Centros de Educação Profissional) em Centros de Ensino Médio e Educação Profissional com parcerias com o Sistema S (Senai/Sesc/Sebrae/Senac);
- Garantir uma nova proposta curricular que tenha como base conceitos inovadores de educação, incluindo uso de novas abordagens pedagógicas e tecnológicas;
- Ampliar o número de matrículas no ensino médio e profissionalizante;
- Criar um programa de bolsas para estudantes carentes da educação profissional;
- Implantar política de apoio aos municípios para o ensino fundamental e primeira infância;
- Implantar Educação de Jovens e Adultos a distância;
- Consolidar a revisão da proposta curricular buscando garantir a diversificação do ensino médio, ampliando as matrículas em educação profissional;
- Consolidar o ensino em tempo integral.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Raul Sartori	Data: 09/01/2015
Assunto: Matrículas		Página: 20



CORREIO LAGEANO

Lei descumprida

Não há a mínima possibilidade de ser cumprida lei federal de 2009 que determina, até 2016, a matrícula na escola de toda a população de 4 a 17 anos. O dado mais recente aponta que o atendimento era de 94% em 2013. Entre os jovens de 15 e 17 anos, de 83%. O educador catarinense Eduardo Deschamps, vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), observa que o problema

não é só vaga: “O jovem não vê incentivo em ficar no ensino médio, cheio de matérias em que ele não vê conexão com o mundo”. Corretíssimo. Um exemplo fresquinho disso está para acontecer através de projeto de lei que está pronto para deliberação no plenário da Assembleia Legislativa, que obriga a inclusão no currículo escolar o estudo do negro na formação socioeconômica e cultural brasileira e catarinense. Uma asneira.



Veículo: Correio Lageano

Editoria: Opinião

Data: 10/01/2015

Assunto: Ministro

Página: 19



CORREIO LAGEANO

Brasil, pátria educadora...

SALIM SCHEAD DOS SANTOS *

salimschead@brturbo.com.br

Foi o que proclamou a presidente, em seu discurso de posse. Mas a escolha de Cid Gomes como ministro da Educação deixa dúvidas, pois ele teria declarado que "o professor deve trabalhar por gosto, não por dinheiro."

Todos concordam em que um país, para se desenvolver, necessita investir muito em educação. E que esse investimento não pode se limitar aos prédios e equipamentos. Mas o fundamental é que o professor seja adequadamente remunerado (o salário dos professores brasileiros está entre os mais baixos do mundo).

"Em qualquer país do mundo, cerca de 80% do que se gasta com a educação é com o salário dos professores e outros profissionais da educação", segundo o professor da Universidade de São Paulo (USP) José Marcelino Rezende, especialista em financiamento da educação. "A Educação é basicamente salário", sustenta, "com mais recursos, é possível atrair melhores

profissionais. Hoje o professor brasileiro, infelizmente, chega a ganhar cerca de 50% do valor recebido por outro profissional formado", diz Rezende. "Historicamente", relata, o magistério, no Brasil, não vem recebendo a atenção que merece." Mas, observa-se nos últimos anos, uma intenção de reverter essa situação.

A fixação de um piso nacional do salário do professor reflete essa nova mentalidade. E o índice de rea-



É importante o reajuste do piso superar o índice de inflação. Atinge-se um patamar ao longo do tempo.

juste para o ano de 2015, no percentual de 13,01%, que acaba de ser anunciado prolonga a esperança de que, no futuro, com índices superiores ao da inflação, os professores terão um salário mais compatível com a responsabilidade e importância da atividade que

Mas é sabido que "a remuneração depende, também, do prestígio da profissão, o que está intimamente ligado ao perfil do usuário." No caso do Brasil, como destaca o professor Marcelino, "a elite não coloca os filhos na escola pública (...) Com isso, a escola pública passa a ser a escola "do filho do outro", o que reduz sua valorização social, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, onde a classe média matricula os filhos na escola pública e, assim, briga pela sua qualidade."

Daí a importância do piso nacional e de reajustes anuais que superem o índice de inflação, de modo a atingir com o decorrer do tempo, um patamar razoável, pelo que, sem a continuidade dessa política, o lema da presidente "Brasil, Pátria Educadora", não passará de um "mote" de campanha.

* Desembargador

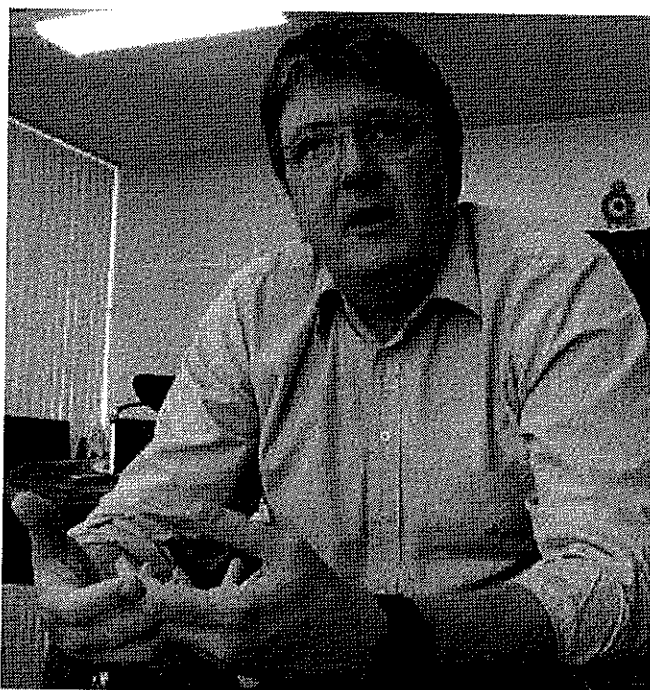
» Artigos podem ser enviados para redacao@correiolageano.com.br com assunto "Artigo do Leitor" *



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 12/01/2015
Assunto: Entrevista Sec. Eduardo Deschamps		Página: Online

[Pelo Estado]



“O piso do Magistério sobe o dobro do que sobe o Fundeb”

*Nascido em Blumenau, possui graduação, mestrado e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor titular da Universidade Regional de Blumenau (FURB) desde 1990. Eduardo Deschamps está na Secretaria de Estado da Educação desde 2011, primeiro como secretário-adjunto e, a partir de 2012, como titular da pasta. Foi um dos primeiros nomes confirmados pelo governador Raimundo Colombo para permanecer em sua equipe de segundo mandato. É presidente em exercício do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e nesta condição foi recebido no início da semana passada pelo novo ministro da área, Cid Gomes. Deschamps recebeu a reportagem da **Coluna Pelo Estado** em seu gabinete e em conversa de mais de uma hora revelou o que foi tratado na reunião com o ministro, as expectativas que tem para o ano de 2015 e o que está sendo feito para elevar a qualidade da Educação no estado: “Salário, carreira e formação de professores formam o tripé que levará à melhoria de condições de trabalho nas escolas”.*



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

[PeloEstado] - Como foi o encontro com o novo ministro da Educação, Cid Gomes?

Eduardo Deschamps - A reunião foi muito positiva, com a presença de secretários da Educação de 19 estados. Ficamos praticamente quatro horas em reunião, o que já mostra boa disposição em ouvir. Pela própria experiência que tem como ex-governador do Ceará, ele estabeleceu uma abertura muito grande para que possamos construir uma experiência em conjunto. É um ministro que conhece a área e isso deve se refletir numa relação bastante produtiva com os secretários estaduais da Educação.

[PE] - Pode se refletir, por exemplo, na sensibilidade quanto aos reajustes do Piso do Magistério?

Deschamps - Ele demonstrou isso. E esse foi o primeiro tema da conversa. Todos os presentes à reunião reconhecem a importância de melhorar o salário dos professores, até como forma de atratividade para a carreira. O que tem preocupado é o grau de sustentabilidade que a atual política de reajuste do piso possa ter no médio e longo prazo, porque já começa a gerar alguns problemas. Mostramos ao ministro que nos últimos quatro anos tivemos um reajuste de 78% do piso para um aumento da receita do Fundeb global de 39%. O piso sobe o dobro do que sobe o Fundeb (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação*), principal fonte de financiamento da Educação Básica no âmbito dos estados. Essa discrepância, dependendo da estrutura de carreira que se

tem, acaba comprometendo de maneira significativa os recursos apenas com folha de pagamento. O ministro demonstrou sensibilidade para o assunto, por ter saído agora de uma gestão estadual. Mas disse que, nesse momento, há muito pouco a ser feito, porque a lei está em vigor e uma alteração agora seria difícil.

[PE] - Diante de tudo o que foi colocado para o ministro, qual a expectativa?

Deschamps - Queremos retomar a agenda de conversas para que possamos fechar um acordo para modificar as regras de reajuste do piso, evitando que em 2016 tenhamos novo imbróglio como o que está sendo gerado agora. A nossa maior preocupação, exposta para o ministro Cid Gomes, é que muitos estados já ultrapassaram o limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal, outros estão com o Fundeb totalmente comprometidos com o pagamento de salários, e muitos estados, para fazer algum tipo de adaptação, terão que mexer nas respectivas carreiras. Ou seja, estão entre atender uma lei ou outra, a de Responsabilidade Fiscal ou a do Piso Nacional do Magistério, no limite entre pagar um salário melhor ou atender outras demandas da área, e mexer ou não na carreira, o que sempre é complicado. As dificuldades que advirão desse índice de reajuste tão elevado (*13,01% em 2015, elevando o piso para R\$ 1,9 mil*), praticamente o dobro da inflação do período, pode acabar gerando uma série de movimentos de paralisação de professores justamente em ano de medição de IDEB (*Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*). Podemos não ter avanços.

[PE] - Há receio de greves em Santa Catarina?

Deschamps - Temos estabelecido um diálogo muito aberto com os professores, com boa receptividade e muita compreensão. O salário melhorou muito em Santa Catarina, em relação ao que era. Tínhamos vencimentos iniciais da ordem de mil reais e hoje já supera os dois mil e trezentos reais. Há melhorias significativas, mas sabemos que há a questão da carreira para ser resolvida. Estamos trabalhando na finalização de uma nova proposta de carreira para apresentar ao governador Raimundo Colombo e ao grupo gestor. Temos que, ao mesmo tempo, aplicar os índices que estão sendo dados para o piso, sem deixar de compensar os profissionais dos níveis mais elevados da carreira. Vamos apresentar a proposta de carreira para a categoria e iniciar todo o processo de negociação e de diálogo.

[PE] - Como está o encaminhamento do Plano Estadual de Educação (PEE)?

Deschamps - Até o dia 16 queremos ter prontos três grandes documentos. O primeiro é a mudança de estrutura da secretaria, das Gereds (Gerências de Educação) e até das escolas; o segundo é o Plano de Carreira, para que, cumprindo o compromisso que assumi com o sindicato da categoria, possamos começar a trabalhar com a própria categoria a proposta de mudança; e o terceiro é o Plano Estadual de Educação, para que possa ser remetido à Assembleia Legislativa já no início do ano legislativo. Fizemos as Conaes (Conferências Nacionais de Educação), depois remetemos das propostas sistematizadas para o Conselho e



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

para o Fórum estadual de Educação e ambos já entregaram suas contribuições. Agora vamos sistematizar esse conjunto de propostas, apresentar ao governador e encaminhar à Casa Civil para que possa remeter à Assembleia. Até o final de junho o PEE tem que estar aprovado.

[PE] - Qual o grande destaque do PEE?

Deschamps - São as ações que prevemos, e que estão muito vinculadas ao Plano Nacional de Educação (PNE), relativas ao Ensino Médio e à formação de professores. São os dois grandes destaques. Salário, carreira e formação de professores formam o tripé que levará à melhoria de condições de trabalho nas escolas.

[PE] - Como estão os preparativos para o início do ano letivo 2015? Vão faltar professores?

Deschamps - O grande assunto que temos hoje na nossa rede é justamente por conta da transição do Fundamental de oito para nove anos. Será a primeira vez que teremos o nono ano nas escolas. Porém, vamos reduzir o número de alunos no primeiro ano do Ensino Médio, porque não teremos alunos saindo do oitavo ano do Fundamental para o primeiro do Médio. Aí temos que ajustar a estrutura para isso. Em uma avaliação inicial, vimos que teremos que ter novas salas em 50 escolas. A minha preocupação é que, provavelmente, não estaremos com todas essas salas prontas para o início do ano. Vamos ter que fazer um trabalho com as regionais para identificar onde alocar essas crianças até

truídas. Isso pode causar algum tipo de dificuldade no começo do ano letivo, mas estamos mantendo um acompanhamento para minimizar os problemas. Quanto a faltar professores, basicamente, a equipe está formada. Teremos a segunda chamada de professores ACTs (*Admitidos em Caráter Temporário*) no mês de fevereiro e pretendemos fazer um novo concurso para efetivação de professores ainda em 2015, mas ainda não definimos o número de vagas. Não vou dizer que não vão faltar professores, mas serão casos pontuais. Em algumas regiões lidamos com um apagão de professores para determinadas disciplinas. De qualquer forma, nos últimos dois anos a falta de professores no início de ano letivo não tem mais sido pauta na imprensa, porque antecipamos as chamadas. Antes eram chamados só em meados de janeiro e hoje a primeira chamada ocorre já em dezembro.

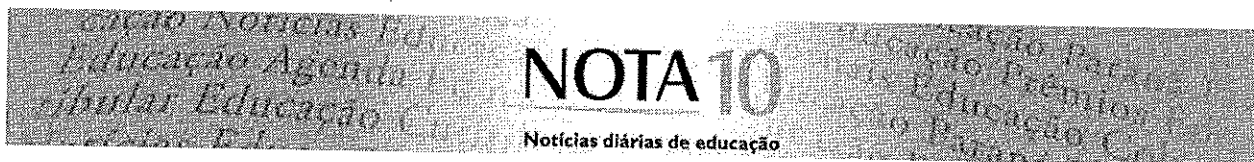
[PE] - Quais as perspectivas para 2015?

Deschamps - Temos a questão do Pacto por Santa Catarina – Educação, que deve avançar muito em 2015. Hoje temos 40 escolas em obras de revitalização e outras 80 para começar, além de 40 novas escolas. Contando com recursos que virão do Ministério da Educação, devemos ultrapassar a faixa dos 500 milhões, 600 milhões de reais para investimentos na área ao longo dos próximos dois anos. A expectativa mais forte é que, somando todos os nossos esforços, tenhamos um desempenho ainda melhor na Prova Brasil, que ocorre entre outubro e novembro, o que vai se refletir em um



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/01/2015
Assunto: Prestação de contas		Página: Online



Gestores devem prestar contas de recursos em educação

Gestores distritais, estaduais e municipais já podem prestar contas dos investimentos feitos em educação no ano passado. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou a versão de 2014 do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) para que os dados sejam enviados pela internet. O prazo final para transmissão das informações é 30 de abril para os municípios e 31 de maio para os estados e o Distrito Federal.

Pela Constituição, os entes federativos devem investir no mínimo 25% do que arrecadam em educação. Quem não cumprir o prazo ou não conseguir comprovar o investimento mínimo fica inadimplente no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) do governo federal. Com isso, deixa de receber recursos de transferências voluntárias da União e fica impossibilitado de firmar novos convênios com órgãos federais.

Por meio da prestação de conta no Siope, se o estado ou município não investir pelo menos 25% do orçamento, o FNDE envia, automaticamente, um comunicado aos tribunais de Contas estaduais e ao Ministério Público informando o não cumprimento da norma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/01/2015
Assunto: Censo Escolar de 2014		Página: Online



Resultado do Censo Escolar de 2014 publicado no DOU

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União o resultado final do Censo Escolar de 2014. O censo detalha o número de matrículas na educação básica das redes pública municipal e estadual de ensino.

As matrículas referem-se à creche, pré-escola, aos ensinos fundamental e médio, à educação de jovens e adultos e educação especial. Abrange as áreas urbanas e rurais e a educação em tempo parcial e integral.

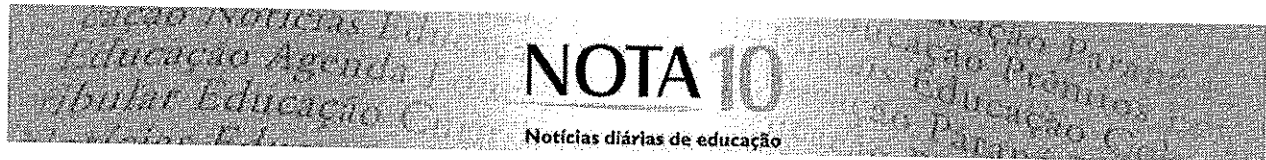
Contabilizar o número das matrículas é fundamental para o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a execução de programas na área da educação.

Em outubro, foram divulgados os dados preliminares do censo, e estados e municípios tiveram 30 dias para retificar possíveis incorreções.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/01/2015
Assunto: Sisu		Página: Online



Sisu ofertará 20% mais vagas que no ano passado

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ofertará, neste semestre, 205.514 vagas no ensino superior público. Segundo o Ministério da Educação (MEC), esse número representa aumento de 20% em relação ao primeiro semestre do ano passado. As inscrições poderão ser feitas pela internet, do dia 19 ao dia 22 deste mês.

As vagas serão oferecidas em 5.631 cursos de 128 instituições públicas de educação superior. O número de instituições participantes aumentou 11% em relação a 2014, quando 115 fizeram adesão ao programa.

De acordo com o MEC, do total de 63 universidades federais, 59 participam do Sisu neste semestre. Todos os 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os dois centros federais de Educação Tecnológica (Cefet) oferecem vagas pelo sistema.

O ministério destaca o aumento de vagas no curso de medicina — de 2.925 na primeira edição de 2014 para 3.758 no mesmo período de 2015, um crescimento de 28%. Os cursos de engenharia também tiveram ampliação na oferta de vagas de um ano para o outro, passando de 25.128 em 2014 para 30.749 em 2015, com crescimento de 22%.

Este ano, o percentual mínimo a ser reservado pelas instituições para os estudantes de escolas públicas é 37,5%, cumprindo a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012). De acordo com o MEC, do total de 99 instituições federais participantes do sistema (59 universidades e 40 instituições de educação profissional), 68 já reservam 50% ou mais vagas para candidatos provenientes de escolas públicas.

A consulta pública às vagas desta edição do Sisu será liberada segunda-feira (12) na página do sistema na internet. Para se inscrever, é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2014 e não ter tirado zero na prova de redação. O resultado do Enem será divulgado terça-feira (13), também online.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 12/01/2015
Assunto: Prestação de contas		Página: Online



Gestores devem prestar contas de investimentos feitos em educação no último ano

O prazo final para municípios passarem as informações é dia 30 de abril

Gestores distritais, estaduais e municipais já podem prestar contas dos investimentos feitos em educação no ano passado. O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) disponibilizou a versão de 2014 do Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) para que os dados sejam enviados pela internet. O prazo final para transmissão das informações é 30 de abril para os municípios e 31 de maio para os Estados e o Distrito Federal.

Pela Constituição, os entes federativos devem investir no mínimo 25% do que arrecadam em educação. Quem não cumprir o prazo ou não conseguir comprovar o investimento mínimo fica inadimplente no Cauc (Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias) do governo federal. Com isso, deixa de receber recursos de transferências voluntárias da União e fica impossibilitado de firmar novos convênios com órgãos federais.

Por meio da prestação de conta no Siope, se o estado ou município não investir pelo menos 25% do orçamento, o FNDE envia, automaticamente, um comunicado aos tribunais de Contas estaduais e ao Ministério Público informando o não cumprimento da norma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 12/01/2015
Assunto: Desafios		Página: on-line



OS DESAFIOS DE CID GOMES NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Novo ministro transformou a cidade de Sobral, no Ceará, em referência nacional pela qualidade de ensino. À frente do governo do Estado, porém, não conseguiu repetir seus feitos na educação pública

Cid Gomes assumiu o Ministério da Educação (MEC) no dia 02 de janeiro com um enorme desafio nas mãos: o de dar substância ao slogan adotado pela presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato, o de que o Brasil será uma 'pátria educadora'. Ex-governador do Ceará, Gomes tem a seu favor o projeto educacional de Sobral, cidade a 230 quilômetros de Fortaleza, hoje reconhecida como a melhor rede pública de ensino do país. Mas essa experiência não foi replicada no Estado.

Os programas implementados nas escolas municipais de Sobral durante a gestão de Cid Gomes como prefeito, entre 1996 e 2004, resultaram em um avanço inquestionável. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da cidade saltou, em oito anos, de 4 para 7,8, tornando-se o mais alto do país. O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação no Brasil e sua escala vai de 0 a 10 pontos.

No entanto, os dois mandatos de Gomes como governador do Ceará, entre 2007 e 2015, não foram capazes de promover a melhora no ensino público. Pelo contrário. No último Ideb, de 2013, as escolas de ensino médio sob seu comando amargaram nota 3,3. No levantamento anterior, de 2011, a nota do Ceará era maior: 3,4. Os números cearenses estão abaixo da média nacional no ensino médio, controlado pelos governos estaduais, que é de 3,7. Outros Estados, como Goiás e Espírito Santo, além do Distrito Federal, conseguiram avanços de até 0,2 pontos na nota. Pernambuco foi além, avançando 0,4 pontos. Em todo o país, contudo, 16 Estados, incluindo o Ceará, tiveram queda no índice.

A maior vitória de Gomes seria ampliar para escala nacional o que fez em Sobral. O programa que revolucionou o ensino do município no meio do sertão nordestino surgiu de uma parceria com o setor privado. A prefeitura aderiu a projetos do Instituto Ayrton Senna que tinham como proposta corrigir o fluxo escolar, ou seja, reduzir a repetência e colocar as crianças na série adequada para a idade.

O primeiro passo foi promover mudanças de gestão. "As diretorias das escolas e os cargos diretivos na secretaria passaram a ser ocupados por critérios de mérito, com uma seleção baseada na experiência. Os que assumiram os postos tinham competência



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

para fazê-lo. Os demais avanços vieram a partir dessa mudança drástica na organização da rede, antes marcada pela indicação de cargos e politicagens”, explica João Batista de Oliveira, que na época era consultor do programa. Hoje, Oliveira é presidente do Instituto Alfa e Beto.

Em seguida, Sobral colocou em prática os planos para reverter uma taxa de analfabetismo que chegava a 60% entre as crianças matriculadas. Com programas de alfabetização em toda a rede — e não em uma ou outra escola —, a cidade conseguiu que 85% dos alunos das séries iniciais estivessem dentro do nível de aprendizagem adequado. No Brasil, apenas 35% das crianças estão no mesmo patamar. Ainda que as melhorias tenham aparecido após a saída de Gomes da prefeitura, estudiosos que analisaram o caso do município creditam o avanço a projetos que ele iniciou, que incluem o uso de material didático estruturado, formação intensiva de professores e, mais tarde, bonificação por mérito.

Em 2007, quando assumiu o posto de governador do Ceará, Gomes levou parte de sua equipe de educação, implantou programas semelhantes na rede estadual e incentivou municípios cearenses a apostar nas mudanças promovidas em Sobral. Mas, assim como a diferença na rede de ensino — de 60 escolas em Sobral para mais de 6.000 em todo o Estado — encarou problemas mais complexos. Um dos primeiros obstáculos foi uma greve dos professores por melhores salários, resolvida com uma negociação que lhe garantiu a confiança do professorado. No segundo mandato, porém, o nível da conversa mudou. “O então governador entrou com uma ação de inconstitucionalidade para questionar a validade da lei que decreta o pagamento do piso salarial, o que acarretou outra greve”, diz Anízio Santos de Melo, presidente do sindicato dos professores do Ceará.

O confronto só terminou após Gomes se comprometer a usar 85% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), verba que o governo federal distribui aos entes federados, para o pagamento dos professores. A decisão foi inédita, já que em todo o país a destinação dos recursos para pagamento de folha é de 60%. “Agora, no MEC, ele vai enfrentar a briga dos professores para garantir esse feito em escala nacional”, alerta Melo, que já prevê mobilizações da categoria a partir de março. “Os municípios e Estados não poderão cumprir o piso salarial, como já vêm anunciando. Só será possível atingir esse patamar de repasse de verbas se ele tiver coragem de brigar com a presidente por essa mudança.”

Saiba mais:

40% dos alunos concluem o ensino fundamental sem saber interpretar textos

Melhorar o IDEB é desafio para prefeitos

Apenas 54% concluem o ensino médio até os 19 anos

Só 15% dos alunos do ensino fundamental têm bom desempenho em ciências

O orçamento da educação será um dos principais desafios do novo ministro. O governo anunciou um corte de 7 bilhões de reais no orçamento de cerca de 100 bilhões de reais da Pasta. Gomes, contudo, afirma que as consequências não são graves. “Não



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

há um centavo de corte na atividade fim", disse. O corte afeta gastos não obrigatórios do ministério, como viagens e diárias de hotéis, por exemplo.

Mesmo que o corte não afete os investimentos em educação, Gomes poderá ter dificuldades para implementar, em escala nacional, ideias que receberam boa repercussão no Ceará, como os programas de premiação para professores que cumprem a meta do Estado na avaliação bianual chamada Spaece. Lá, docentes cujos alunos atingiram os objetivos pedagógicos recebem 200 reais a mais no salário por seis meses. "No MEC, as relações serão outras e os projetos dependerão, sobretudo, da articulação política de Gomes", observa João Batista de Oliveira.

Ensino superior — Outro entrave que Cid Gomes enfrentou no governo do Ceará foi a relação com docentes das três universidades estaduais — Universidade Estadual do Ceará (Uece), Universidade Regional do Cariri (Urca) e Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA).

Ao longo de todo o seu governo, Gomes teve que lidar com greves de docentes, sendo que a última ainda se perpetua, já passando de 100 dias de duração. "O governo do Ceará não tem arrecadação suficiente para manter três universidades. Ainda que a estrutura dos campi tenha melhorado enquanto Gomes era governador, a falta de professores é permanente", explica André Haguette, especialista em educação e professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Segundo Haguette, essas universidades chegaram a somar déficit de 200 professores, prejudicando o andamento de cursos e projetos de pesquisa.

Gomes saiu do governo estadual para o MEC sem solucionar a paralisação nas instituições. Coube ao seu substituto, Camilo Santana (PT) prometer novas contratações para amenizar as reivindicações dos sindicatos. O novo ministro terá de contar com uma estratégia para lidar com as greves que afetam regularmente as 63 universidades federais.

Brasil — Para cumprir a promessa de 'pátria educadora', o país terá que fazer mais do que negociar greves de professores. Gestão eficiente nas escolas e nas secretarias, unificação do currículo na rede pública, avaliação frequente dos alunos e um plano de carreira para os professores com sistemas regulares de avaliação e bonificação aos docentes são as principais diretrizes que os especialistas em educação não se cansam de repetir. À frente do ministério, Cid Gomes precisará encarar complexos problemas políticos, econômicos e sociais para colocar a educação brasileira nos eixos. Mas, se se tornar um incansável pregador dessa cartilha, que conhece bem, já realizará um feito louvável.